

sado nem 29... Que ele investiu apenas, na verdade, 29,3%, Sr. Presidente, do que ele deveria investir.

Eu tenho aqui os valores. A nossa assessoria econômica levantou os dados. Nós tínhamos um valor empenhado de 1 bilhão 175 milhões de reais, aproximadamente esse era o valor que o Governo deveria investir na manutenção, construção, nas reformas escolares, na melhoria da infraestrutura, adaptando, sobretudo as nossas escolas, para que elas pudessem se adequar também às mudanças climáticas, eu digo aqui, com mais arejamento, com mais ventilação, com a substituição das escolas de lata por escolas de alvenaria.

Está aqui o mapa, eu já vou mostrar. Então esse era o valor, a dotação era de um bilhão, cento e setenta e cinco bilhões aproximadamente. O governo só liquidou, só utilizou 29,3%, ou seja, 344 milhões de reais.

Isso é grave, Sr. Presidente, porque as nossas escolas estão sucateadas, degradadas há muito tempo e o governo não investiu. Mas, para piorar a situação, para 2024 ele só vai investir muito menos que esses 344 milhões de reais, apenas 187 milhões para 2024.

Essa é a dotação orçamentária para isso, para esse item que eu disse, de infraestrutura das escolas, reformas, construções, manutenção, ou seja, o governo está reduzindo drasticamente o recurso da Educação para essa área, mantendo então a degradação e o sucateamento da estrutura física das nossas escolas.

Eu acionei o Ministério Público, o Tribunal de Contas, porque isso é uma omissão. Isso prejudica a Educação, prejudica o acesso, a permanência e a qualidade de ensino. É um atentado contra o direito à Educação, direito fundamental à Educação, garantido pela Constituição federal, pela LDB, pelo Plano Nacional de Educação, pela nossa Constituição estadual, pelo nosso Plano Estadual de Educação.

E, no meio de tudo isso, dessa redução, o governo ainda apresenta a PEC 9, que tenta reduzir o orçamento da Educação de 30 para 25 por cento. Não conseguiu ainda aprovar, porque nós estamos resistindo ainda na Comissão de Constituição e Justiça, mas a PEC está aqui na Assembleia Legislativa. O governo pretende retirar 10 bilhões de reais do orçamento da Educação.

Isso vai prejudicar toda a Educação básica e vai prejudicar também o ensino universitário. O ensino superior público será afetado, as nossas universidades, a USP, a Unicamp e a Unesp, que são universidades importantes no Brasil, na América Latina e que não têm um financiamento adequado. E haverá redução para toda a Educação do estado de São Paulo.

Então, esse é um governo que não tem nenhum compromisso com a Educação, porque vai reduzindo drasticamente o orçamento da Educação nessas áreas que eu citei e pretende reduzir de uma forma geral, cortando aproximadamente 10 bilhões, mudando a Constituição estadual. Sem contar, Sr. Presidente, os ataques aos servidores da Educação, aos agentes de organização escolar, ao QAE, ao QSE, ao Magistério, aos gestores, ataques sistemáticos.

Nós estamos acompanhando o drama, a tragédia criminosa organizada pelo governo, por esse governo, pelo Renato Feder, do processo de atribuição de aulas. O ano começou, porém não começou direito, porque tem muitas escolas sem professores e muitos professores sem aulas, professores desempregados, porque o governo sabotou os professores.

O governo arruinou a vida de milhares e milhares de professoras e professores em todo o estado de São Paulo, deixando esses professores sem emprego, Sr. Presidente.

E, do outro lado, alunos sem aulas. E esses professores não são qualquer professor, é o professor que tem experiência, é o professor que está há 10, 15, 20, 30 anos na rede estadual. Esses professores foram aliados, foram afastados e são milhares e milhares em todo o estado.

Então, com a palavra, agora, o Ministério Público, para investigar todas essas denúncias, Sr. Presidente, que eu acabei de fazer aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Seguindo a Lista Suplementar, chamamos o deputado Eduardo Suplicy para fazer uso da palavra.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Caro presidente, deputado Reis, Sras. Deputadas, Srs. Deputados; eu gostaria aqui de elogiar a decisão da ministra Daniela Teixeira, recém-empossada no Superior Tribunal de Justiça, a respeito de um documento em que ela determinou a soltura de um acusado e solicitou o acolhimento dele num abrigo enquanto se desenrola a ação penal.

Trata-se da emissão de um habeas corpus em favor de um morador de rua que teve a prisão preventiva decretada em São Paulo por roubar uma mochila numa estação de metrô, o que chamou a atenção do meio jurídico nos últimos dias. O habeas corpus foi concedido em 9 de fevereiro, mas só foi tornado público na última segunda-feira, 19.

Na decisão, a ministra diverge da Justiça de primeira instância do Tribunal de Justiça de São Paulo, que converteu a prisão do suspeito em preventiva sem adotar as medidas cautelares que são previstas em lei para casos semelhantes.

No entendimento da ministra Daniela Teixeira, o homem foi mantido preso apenas por se enquadrar no que ela chama de estereótipo do morador de rua. Seguindo as suas palavras, não há nos autos o que sugira que o paciente viva de atividades ilícitas, apenas conclusões peremptórias a partir de um estereótipo de morador de rua: sem endereço fixo, sem trabalho, logo só pode viver do crime.

“A vida não é tão simples. Definitivamente não no Brasil, não em São Paulo. Os miseráveis estão às portas, sim, 54 mil em São Paulo em agosto de 2023, mas medo não é, nem pode ser princípio de política pública no Estado de Direito”, declarou a ministra Daniela Teixeira.

Segundo as leis atuais, o caso nem deveria ter chegado ao STJ, uma vez que se trata de um problema de acolhimento social que precisa ser resolvido pelo Poder Público.

Diz ela: “É preciso buscar outra solução para o caso. A prisão preventiva não faz sentido. O paciente precisa de mais atenção e não de segregação. É para isso que existe a assistência social, as políticas de renda básica, os abrigos, o olhar acolhedor do Poder Público”, disse.

Ela ainda ressaltou: “O Poder Público precisa estar pronto e articulado para responder às consequências desse fenômeno, e não é o encarceramento que resolverá. A Constituição Federal, em seu Art. 3º, estabelece que o Brasil existe como uma unidade política para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. Não é livre a sociedade que impõe o cárcere como solução para a miséria”, completou Daniela Teixeira.

O morador de rua E.F.F., de 36 anos, foi detido na noite de 21 de janeiro por seguranças na estação Oscar Freire da Linha 4-Amarela do Metrô. No boletim de ocorrência, consta que ele andava descalço e sujo na estação - que fica numa das ruas mais nobres da capital paulista - quando foi abordado por seguranças, que questionaram se precisava de ajuda ou informação.

Como o homem negou a necessidade de ajuda, passou a ser vigiado pelos seguranças da estação, o que durou cerca de 40 minutos. Na sequência, o homem pegou a mochila de um usuário distraído que estava sentado no chão e saiu correndo.

Na mala havia pertences como telefone celular, óculos escuros, fone e kit de ferramentas de trabalho. Segundo o boletim de ocorrência, a vítima correu atrás do morador de rua para recuperar a mochila e desviou de um soco no rosto dado pelo suspeito.

Na sequência, E.F.F. foi rendido pelos vigilantes da Linha 4 e, exaltado, tentou agredir um deles. Ele foi preso em flagrante, acusado de roubo com emprego de violência, Art. 157 do Código Penal.

A vítima teve uma luxação no pulso e um corte no joelho devido a uma queda na perseguição do criminoso.

No registro policial e na denúncia apresentada à Justiça pelo Ministério Público de São Paulo, não consta que o suspeito tenha antecedentes criminais. A Defensoria Pública paulista, que cuida da defesa do morador de rua, alegou que ele é réu primário e cometeu um furto simples.

Disse a ministra Daniela Teixeira: “Não é justa a sociedade que não sabe o que fazer quando um morador de rua, desarmado e despossuído, desorientado e desvalido, ao se ver observado por quarenta minutos por seguranças num espaço público limpo e organizado como o metrô de São Paulo, se enfurece e acaba por ir às vias de fato com outro transeunte e causa grande tumulto até ser contido num dia de fúria”, ao acolher o pedido de habeas corpus e decretar a liberdade do morador de rua.

Disse ainda a ministra: “Não é solidária a sociedade que não enxerga em todos a mesma condição humana de quem assina um decreto prisional, de quem volta do trabalho no metrô, de quem faz a segurança de uma estação, de quem a economia, a desigualdade e o fracasso do poder público jogou na rua, descalço, irritadiço, irascível, miserável, preso por falta de instrumental do Estado para melhor encaminhar a situação”, declarou a ministra.

Na decisão, a ministra pediu para que, após ser libertado, o morador de rua seja encaminhado “ao órgão de Assistência Social do município, em busca de abrigo e que ele aceite oportunidades de empregabilidade e renda”.

Ela também determinou que se verifique se o réu está com sua documentação de identidade em dia, se tem carteira de trabalho e cartão de vacinação em dia. Em caso negativo, o réu deve ser encaminhado ao Serviço Social e de Saúde para tirar a documentação e atualizar a caderneta de vacinação.

Cumprimento a ministra Daniela Teixeira por sua reflexão e decisão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, para uma comunicação?

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - É regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Obrigado, Sr. Presidente. Nós estávamos, há pouco, debatendo a questão do lamspe, a carta encaminhada a todos os deputados, das aposentadas e pensionistas de V. Exa. leu aqui, na tribuna.

Eu fiz uma intervenção falando do financiamento do lamspe, que, sem dúvida nenhuma, é a principal causa do abandono do lamspe e de todo esse contexto de degradação, de falta de atendimento, enfim, da falta de convênios pelo Interior, de laboratórios, de hospitais, nos hospitais regionais, nas clínicas. É um caos generalizado.

Sem contar o Hospital do Servidor Público Estadual também, que não abre concurso público para contratar médicos, profissionais da Saúde, profissionais da enfermagem. O hospital vai sendo abandonado.

No entanto, Sr. Presidente, nós aprovamos aqui o orçamento no ano passado. Eu tinha feito esse debate exaustivamente, alertado a Assembleia Legislativa. O que aconteceu? O orçamento aprovado para o lamspe, para o ano de 2024, foi, e é, de aproximadamente 2 bilhões e 600 milhões de reais.

Praticamente, esse orçamento é produzido, é formado pela contribuição dos aposentados, dos pensionistas, dos servidores da ativa. O governo estadual só entrou com 3,95%, nem 4%, ou seja, com aproximadamente apenas 100 milhões. Dos 2 bilhões e 600 milhões, o governo só deu uma pequena gorjeta de 100 milhões, que quase não faz nenhuma diferença num orçamento como esse.

Ou seja, o governo deveria investir o equivalente, porque a nossa grande luta histórica no lamspe é que o governo também contribua por servidor público. Se um servidor contribui com 2%, o governo contribui com 2% também. É a quota-parte, é a quota patronal do governo. Se ele contribui com 3%, o governo contribui com três por cento. É assim que tem que ser feito.

Por isso que o lamspe está estrangulado dessa maneira. Por isso que é muito difícil marcar uma consulta no lamspe, marcar uma cirurgia, um exame; porque o governo, repito, lavou as mãos aqui, e os números não mentem.

Sr. Presidente, só para concluir: dos dois bilhões e 600 milhões de reais do lamspe para 2024, o governo só contribuiu com 3,95%, apenas aproximadamente 100 milhões. Então, vamos continuar pressionando o governo estadual a financiar a Saúde dos servidores e dos aposentados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Havendo acordo entre as lideranças, eu solicito o levantamento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de segunda-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

Tenham todos uma excelente tarde.

- Levanta-se a sessão às 14 horas e 56 minutos.

26 DE FEVEREIRO DE 2024

Presidência: REIS, CARLOS GIANNAZI e EDUARDO SUPLYCY
RESUMO
PEQUENO EXPEDIENTE
1 - REIS
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - EDUARDO SUPLYCY
Por inscrição, faz pronunciamento.
4 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência.
5 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
6 - EDUARDO SUPLYCY
Assume a Presidência.
7 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
8 - PRESIDENTE EDUARDO SUPLYCY
Elogia a atuação do deputado Carlos Giannazi na Educação.
9 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência.
10 - EDUARDO SUPLYCY
Por inscrição, faz pronunciamento.
11 - EDUARDO SUPLYCY
Assume a Presidência.
12 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
13 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência.
14 - EDUARDO SUPLYCY
Por inscrição, faz pronunciamento.
15 - EDUARDO SUPLYCY
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
16 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI
Defere o pedido. Faz aditamento à Ordem do Dia. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 27/02, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Reis.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Entrando aqui no Pequeno Expediente, chamo, para fazer uso da palavra, o deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) O deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Reis, deputado Suplicy, telespectador da TV Assembleia.

Sr. Presidente, na sexta-feira passada, nós estávamos debatendo aqui a questão do lamspe; a falta de financiamento do lamspe; o manifesto de denúncia que o Moaespe fez - que é o Movimento dos Aposentados e Pensionistas do Estado de São Paulo -, uma carta, um ofício, na verdade, um manifesto importante denunciando as mazelas do lamspe. Nós apresentamos, aqui, que não há financiamento, provando que o governo Tarcísio lavou as mãos em relação ao lamspe.

E no último sábado, nós tivemos um episódio muito triste aqui no Hospital do Servidor Público do Estado de São Paulo, uma enfermeira, uma profissional da Saúde, uma profissional da enfermagem, foi atingida por um tiro de um paciente que foi armado para o Hospital do Servidor Público. Ele passou por uma cirurgia e, após a cirurgia, ele atirou em uma servidora, Sr. Presidente.

Primeiro, eu quero me solidarizar... Prestar minha solidariedade a essa profissional da Saúde do Hospital do Servidor Público e a todos os servidores e servidoras que vivem esse drama também da falta de segurança.

E repudiár essa agressão, Sr. Presidente, covarde, de um paciente. Segundo o que eu li nas matérias e os depoimentos, parece-me que ele teve talvez um surto psicótico, algo assim, mas nada justifica atirar em uma servidora do lamspe, do Hospital do Servidor Público.

Mas eu quero retomar, Sr. Presidente, a nossa luta para que haja um financiamento justo e adequado ao lamspe. Eu apresentei números na semana passada, dando conta de que o governador Tarcísio abandonou praticamente o financiamento do lamspe.

O lamspe, que além do Hospital do Servidor Público Estadual, tem que ter os convênios no interior paulista, na Grande São Paulo, na própria Capital, na Baixada Santista, convênios com hospitais regionais, com Santas Casas, com laboratórios, com clínicas, para descentralizar o atendimento e atender a população que está nesses locais, porque não dá para centralizar todo o atendimento no Hospital do Servidor Público Estadual, que também está com sérias dificuldades de funcionamento, por conta do abandono.

O governo não investe, não há mais concurso público para médicos, para profissionais da enfermagem, para os profissionais da saúde, em geral, há um processo extremamente agressivo de terceirização dentro desse hospital, até mesmo a enfermagem está sendo terceirizada.

O fato é que o governo lavou as mãos dos mais de dois bilhões e 600 milhões de reais - que é o orçamento previsto, para 2024, do lamspe - o governo só entrou com 3,95%; apenas aproximadamente 100 milhões de reais, quando na verdade ele deveria investir o equivalente a dois ou três por cento por servidor.

O servidor contribui com dois ou com três por cento, o governo também deveria investir, é a sua cota parte, a sua cota patronal, e isso não acontece, por isso que nós temos essa crise no lamspe.

O lamspe precisa atender com dignidade os servidores, servidoras, aposentados e pensionistas em todo o estado de São Paulo, porque é muito difícil conseguir uma consulta no lamspe, é muito difícil conseguir uma cirurgia, é muito difícil conseguir um exame, porque não tem atendimento, Sr. Presidente, não tem financiamento.

E tem um problema também grave lá dentro de organização, de gestão. Outro dia, eu fui até lá para pressionar o funcionamento da farmácia que só atendia os servidores, os pacientes, até as 16 horas. Só que o hospital funciona praticamente 24 horas por dia, funciona aos finais de semana, porque tem o pronto-socorro.

Então, o servidor que sai de um atendimento e precisa de um remédio, se passar das 16 horas, ele não... se passasse das 16 horas, ele não teria acesso a esse medicamento.

No entanto, nós pressionamos, e o lamspe deu uma recuada, e a farmácia hoje fica aberta até as 17 horas, aumentou uma hora. Não. Tem que ficar aberta 24 horas por dia, nos finais de semana também. Para isso, o lamspe tem que contratar, por concurso público, servidores em todas as áreas, Sr. Presidente.

Então, queria aqui prestar a nossa solidariedade à profissional da Saúde que foi baleada no ofício do seu trabalho, atendendo os pacientes, atendendo os servidores públicos, e dizer que nós vamos continuar a nossa luta para que haja um financiamento adequado e também gestão democrática desse hospital, porque o hospital do servidor público estadual, ele é do servidor público, ele tem que participar ativamente, a participação dele tem que ter poder de deliberação. E não só um poder consultivo, como é hoje, pela CCM. Tem que ter também poder de deliberação.

Ele é que tem que administrar esse hospital. Porque, já que ele contribui praticamente sozinho, ele que financia a sua própria saúde, então ele tem o direito de ser protagonista da gestão do lamspe.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Seguindo a lista de oradores, o próximo orador é o deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputado Rui Alves. (Pausa.) Deputado Donato. (Pausa.) Deputado Guilherme Cortez. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Lucas Bove. (Pausa.) Deputado Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Caro deputado Carlos Giannazi, deputado Reis, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Primeiro, quero fazer uma breve reflexão sobre o ato ontem, na Avenida Paulista, convocado especialmente pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Um aspecto importante é que se tratou de um ato pacífico.

Não houve provocações, xingamentos e formas de estar instigando atos de violência, ou mesmo de ações, seja contra ministro do Supremo Tribunal Federal, seja contra o presidente Lula, seja contra políticos que não estão de acordo com a postura de Jair Bolsonaro.

É um fato importante que muitas pessoas compareceram. O que indica que o ex-presidente tem um apoio considerável na população. Mas procuraram se isentar da responsabilidade dos atos que, efetivamente, ele e seus congregados realizaram, na tentativa de um golpe de estado.

E por tudo aquilo que aconteceu, que passou a ser revelado por um assessor importante dele, o Mauro Cid, que durante o período pré-eleitoral ele já havia realizado inúmeras ações, pensando em como evitar que houvesse a sua derrota perante o presidente Lula. Mas que, felizmente, venceu as eleições.

E o importante é que haja sempre um reconhecimento, na democracia, daquele que obteve o maior apoio da população. Eu quero lembrar que, num ato de descortesia, o presidente Jair Bolsonaro, ao perder a eleição para o presidente Lula, não teve a hombridade, a dignidade de cumprimentar o adversário que venceu a eleição.

Aliás, diferentemente, por exemplo, do que aconteceu no estado de São Paulo. Eu me lembro muito bem de que o ex-prefeito, ex-ministro da Educação, hoje ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao verificar que havia perdido as eleições,

ele, muito educadamente, telefonou ao vencedor, Tarcísio de Freitas, e o cumprimentou.

Eu, inclusive, segui o exemplo de Fernando Haddad. Telefonei para o governador eleito, Tarcísio de Freitas, cumprimentei-o pela vitória. E disse que queria manter com ele uma relação de respeito e de construção, mas isso não foi o caso do presidente Jair Bolsonaro.

Que ele tem ainda um grande apoio da opinião pública é evidente, mas daí a querer simplesmente anistiar aqueles que tentaram realizar um golpe de estado e muitos inspirados em suas próprias ações, aí já não estou de acordo.

Tenho a convicção de que tudo o que está sendo feito pelo presidente Lula, por sua equipe de ministros, por seu governo, será sempre na direção de fortalecer a democracia e também de fazer com que as ações de governo visem aquilo que está na Constituição, realizando o desenvolvimento do País da melhor forma possível, com todo esforço para erradicar a pobreza, promover maior igualdade e assegurar, a todas as pessoas no Brasil, dignidade e liberdade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Com a palavra, o nobre deputado Reis, que fará uso regimental da tribuna.

O SR. REIS - PT – Quero saudar o presidente Carlos Giannazi, o deputado Suplicy, a todos os funcionários desta Casa, os integrantes da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Polícia Penal, da Polícia Técnico-Científica, e todos aqueles e aquelas que nos acompanham pela Rede Alesp.

- Assume a Presidência o Sr. Eduardo Suplicy.

Presidente, eu quero reforçar cobranças que nós, há algum tempo, estamos fazendo ao governador Tarcísio de Freitas, ao secretário de Segurança Pública, à Delegacia-Geral de Polícia, sobre o projeto que trata da reestruturação dos oficiais administrativos. Nós estamos cobrando isso desde o ano passado.

Eu me lembro muito bem de que foi objeto de uma fala do secretário executivo, em uma “live”. O secretário executivo da Segurança Pública, Dr. Nico, falava do compromisso que eles tinham de mandar esse projeto para a Assembleia Legislativa para aprovar a reestruturação dos oficiais administrativos que prestam serviço nas delegacias, nos batalhões, nas unidades prisionais.

Temos oficiais administrativos em várias repartições policiais. Eles estão lá para dar apoio à burocracia, cuidar da gestão de documentos, de recursos humanos, e são muito mal reconhecidos. Há muitos anos que não se reconhece, que não se valoriza o trabalho dos oficiais administrativos.

E nós já denunciamos aqui - inclusive tem um projeto de lei de minha autoria que trata dessa questão - a redução da insalubridade deles do grau máximo para o grau mínimo. Recentemente, tivemos notícia de uma funcionária que foi esturada dentro da delegacia, para a gente entender como esse ambiente policial é insalubre.

É uma cobrança que se tem, a gente está fazendo essa cobrança e o governador está muito lerdO. Ao que me parece, esse projeto está em um órgão da Secretaria de Segurança Pública que faz a consultoria jurídica. Então, a gente cobra que, o quanto antes, possa ser enviado esse projeto para esta Casa, para que a gente possa votá-lo e dar uma resposta para os oficiais administrativos.

Eu quero continuar cobrando aqui que, no mês de março, que é a data-base dos funcionários públicos, presidente, a gente espera que o governo mande o projeto do reajuste dos funcionários públicos em março.

E não faça como fez no ano passado: deixou para o mês de julho. Em abril e maio, ele foi mandando no varejo, foi mandando por partes, o projeto de reajuste dos funcionários públicos. Primeiro, ele mandou o das polícias e foi com índices diferenciados, para cada carreira, um valor.

Então, a gente espera que ele mande. E tem que lembrar que precisa fazer uma reparação aos terceiros-sargentos e aos segundos-tenentes, patentes que concentram a maior parte dos aposentados. Elas tiveram os menores índices de reajuste. Ou seja, esqueceram todo o trabalho, o papel que os veteranos tiveram quando estavam na ativa.

Nós queremos fazer essa cobrança: que neste ano, ao mandar o projeto para esta Casa, se faça justiça a essas categorias e que não venha projetos como o ano passado, por partes e no modelo Sylvania Design, com o primeiro pagamento só para agosto.

A gente entende que a data-base dos funcionários públicos é em março. Não é em agosto, não é em julho, é em março. Então, que realmente sejam corrigidas as distorções que os projetos mandados no ano passado tiveram.

E o projeto da Polícia Penal, que a Polícia Penal está cobrando. Eles já estiveram no meu gabinete esses dias, lembrando do projeto de regulamentação da Polícia Penal, que até hoje não chegou nesta Casa. E também, juntamente com esse projeto de regulamentação, a valorização dos profissionais da Polícia Penal, porque em que pese que as policiais tiveram aumento de 13% a 32%, eles amargaram apenas seis por cento.

E continuamos insistindo no reajuste do vale-refeição. O vale-refeição de 12 reais é uma vergonha. O governo se comprometeu a reajustar no ano passado, não o fez. Nós já estamos terminando o mês de fevereiro, entrando no mês de março, e a gente está esperando que o governo cumpra as suas promessas, que não pode ficar só no falatório. Que aquilo que se fale seja cumprido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLYCY - PT - Meus cumprimentos, deputado Reis. Passo a palavra agora ao deputado Carlos Giannazi, pelo tempo regimental no Pequeno Expediente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente deputado Suplicy, telespectador da TV Assembleia. Sr. Presidente, a crise na Educação...

O SR. PRESIDENTE - EDUARDO SUPLYCY - PT - Alô? Se me permite apenas... Eu deveria ter chamado o Delegado Olim, mas ele ainda não está presente então, em seguida, o deputado Carlos Giannazi tem a palavra. O seu tempo está começando agora.

Obrigado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigado deputado Suplicy, presidiendo esta sessão. Sr. Presidente, eu quero dizer que a crise na Educação do estado de São Paulo não é uma crise, é um projeto, como já dizia o grande Darcy Ribeiro. É um projeto de destruição da escola pública e dos profissionais da Educação.

Além do processo desastroso, desumano e perverso de atribuição de aulas, Sr. Presidente, que deixou milhares e milhares de professoras e professores fora da escola, e de um outro lado alunos sem aulas agora no início do ano letivo - que teve início exatamente no dia 15 de fevereiro -, nós estamos vivendo ainda o drama dessa atribuição, porque em muitas outras áreas não houve ainda essa atribuição.

Nós já estamos praticamente... Vamos encerrar... É a última semana praticamente do mês de fevereiro e nós, por exemplo, não tivemos ainda atribuição de aulas para várias áreas do Magistério. Ainda há vazios enormes nesse processo.

Eu me refiro aqui, por exemplo, aos professores de salas de leitura, Protec, professores de sinais de libras, o esvaziamento, Sr. Presidente, a diminuição de programas como o POC, que é o “Professor de Orientação de Convivência”, que tem a ver com uma área importante de combate à violência nas escolas.